

Dossiês Temáticos

**ORDEM DOS ARQUITECTOS
SECÇÃO REGIONAL SUL**



BAIRRO CLEMENTE VICENTE

NÚMERO

04

ANO 04 DEZ 2019



BAIRRO CLEMENTE VICENTE

Debate de Arquitetura
com a participação de:

Vice-Presidente SRS-0A Arq.º João Sequeira
Prof.º Arq.º Manuel Graça Dias
Prof.º Arq.º Pedro Brandão

11 MAIO DE 2017 | 18:00 HORAS
CENTRO DE ARTE MANUEL DE BRITO - SALA MULTIUSOS (entrada lateral)
PALÁCIO ANJOS | ALAMEDA HERMANO PATRONE - ALGÉS



O BAIRO CLEMENTE VICENTE

Prof. Arq. João Menezes de Sequeira

Este texto resulta de um convite realizado pelo Gabinete Bairro Clemente Vicente e o Departamento de Habitação e de Reabilitação Urbana (DHRU) da Câmara Municipal de Oeiras, para um debate com os meus colegas Arq.º Pedro Brandão e Arq.º Manuel Graça Dias, sobre o Bairro Clemente Vicente, com a participação activa dos actuais moradores e público em geral. O debate foi realizado no Centro de Arte Manuel de Brito do Palácio Anjos em Algés no dia 11 de Maio de 2017.

Na altura fiz um levantamento histórico, gráfico e um inquérito sobre o actual estado de conservação do Bairro, estudos que me fizeram redescobrir este Bairro na sua extraordinária qualidade arquitectónica e urbana e me levaram agora a esta publicação.

Breve levantamento de história contemporânea

Não há registo de desenhos nem processos antes dos anos 50 e os registos posteriores apenas se referem a alterações nos estabelecimentos comerciais, a reparações dos passadiços exteriores e à abertura de frestas para ventilação de cozinhas e instalações sanitárias. Das alterações realizadas constata-se apenas que há substituições de pavimento nas lojas por lajes de betão armado.

Voltamos a ouvir falar do Bairro, apenas em 2011 quando a degradação dos edifícios se começa a manifestar de forma evidente, altura em que a Presidente da Comissão de moradores do Bairro, na altura a Srª. Maria João Escoto cria um blogue no qual vai, informando sobre os problemas que vão surgindo. O primeiro que aparece é o “entupimento dos saguões”, mas este blogue acaba por não ter seguimento e fica apenas aquela notícia.

Um ano mais tarde no dia 25 de Julho de 2012 e pelos mesmos motivos este bairro volta a ser notícia, fruto de um abaixo-assinado realizado pelos moradores com o apoio da Junta de Freguesia da Cruz Quebrada que leva a RTP a noticiar o assunto. Nesta altura, fala-se já numa degradação evidente e mesmo em risco de derrocada. Neste altura sabemos que a autarquia oferece a comparticipação de 40% das despesas de recuperação, mas os moradores não reúnem, por impossibilidade financeira, os restantes 60%.

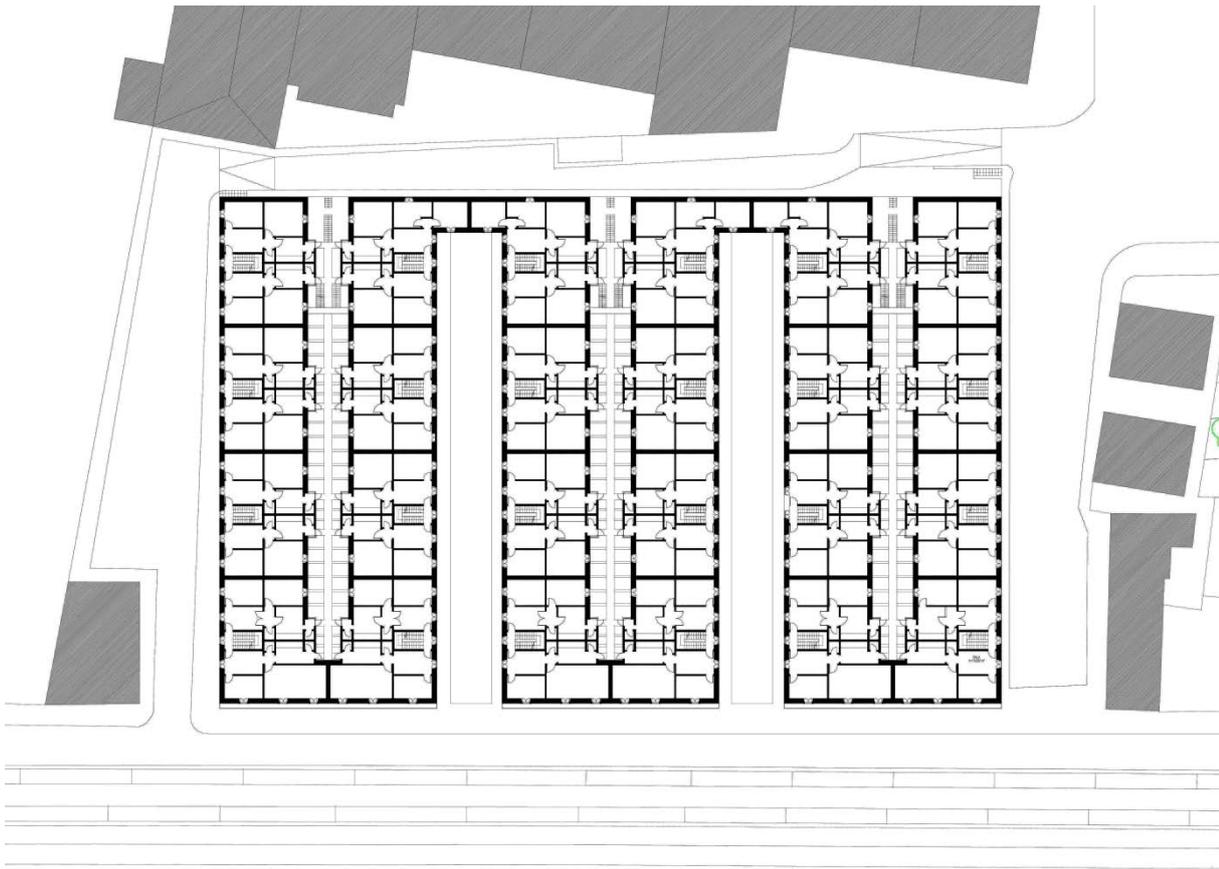
Em Julho de 2015 o Bairro é visitado por Daniel Branco, vereador da CMO, Aníbal Guerreiro, eleito na Assembleia Municipal, Isilda Andrade e Fátima Canavezes, eleitas para a Assembleia da União das Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo todos colheram dados «quanto ao nível de detalhe da degradação do bairro». Ficou prometida pela CDU uma iniciativa no sentido de implicar as autarquias numa solução.

Facto que apenas se veio a realizar no dia 3 de Março de 2016, através de um contrato para a elaboração de um relatório de análise e diagnóstico sobre as condições estruturais dos edifícios do Bairro Clemente Vicente, entre a Câmara Municipal de Oeiras e o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC).

Nesse mesmo ano mas em Novembro, depois de uma notícia da Agência Lusa e Jornal i, o Bloco de Esquerda questionou o ministro do Ambiente sobre as medidas que iriam ser tomadas pelo governo para “garantir a segurança dos moradores” face ao “risco de colapso” denunciado no relatório do LNEC. A resposta do gabinete de João Pedro Matos Fernandes, faz o que é usual no nosso país, referindo que o seu Ministério (Ministério do Ambiente) «directamente ou através do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), não dispõe de competências ou atribuições que lhe confirmem legitimidade para impor uma forma de atuação no Bairro Clemente Vicente.” Tal tarefa, diz o ministério, compete “aos municípios” em “articulação com as juntas de freguesia, nomeadamente nos domínios da ação social, da habitação e do ordenamento do território e urbanismo”.

Como seria, infelizmente espectável e não tendo sido acauteladas as directrizes enunciadas pelo relatório do LNEC, em Fevereiro do ano seguinte, o piso do rés-do-chão do número 32-A ruiu e provocou duas vítimas.

É no contexto pós-catástrofe que, depois de uma reunião entre a Câmara Municipal de Oeiras e os moradores do Bairro Clemente Vicente, e seguindo as orientações dadas pelo então Presidente do Município de Oeiras Dr Paulo



Planta Tipo dos andares habitacionais. Desenhos de João Maia em âmbito universitário.

O Relatório do LNEC

Da análise realizada pelo LNEC em Julho de 2016 podemos constatar que se trata de um edifício com uma estrutura sobretudo apoiada em vigas metálicas transversais aos blocos ao nível dos tectos das caves. Estas vigas estão apoiadas nas paredes exteriores de alvenaria de pedra irregular e no interior sobre pilares de tijolo em fiada longitudinal. Acompanham estas vigas mestras, um sistema de grelhas metálicas, que também se apoiam nas paredes exteriores, nos pilares e nas vigas mestras. Sobre estas recaem todas as paredes interiores, pavimentos e tectos dos cinco andares. Parecem existir dois tipos de paredes interiores, umas de tijolo (provavelmente maciço) que formam as caixas de escada e a parede longitudinal e paredes de tabique que dividem transversalmente os dois espaços criados pela parede longitudinal divisória (ver planta tipo). As paredes de tijolo assentam umas sobre as outras de um andar para o outro e criam uma treliça entre: a parede longitudinal de separação interior do fogo; as paredes de separação de blocos e de fogos no mesmo bloco; as paredes das caixas de escada.

Segundo o estudo do LNEC não se sabe que fundações são usadas, quer nas paredes exteriores, quer nos pilares de tijolo das caves. No entanto não se vêem “anomalias associadas a problemas de assentamentos das fundações” As alterações nas caves, constam sobretudo dos seus pavimentos que nas sucessivas alterações, atrás mencionadas, passam a ser lajes de betão armado ou aligeiradas com vigotas pré-fabricadas.

As alterações nos pisos dos R/Chão são avulsas e tendem a deteriorar as estruturas de madeira existentes e tendem a favorecer a evolução das térmitas, mesmo quando oferecem barreiras à sua passagem para os pisos superiores. O excesso de peso criado pelas diversas intervenções com soluções de pavimento de madeira e betonilha, contribuíram e contribuem para a degradação da madeira, sobretudo porque não está a ser acautelada a absorção de água pelos referidos elementos de madeira.

As paredes de alvenaria de pedra, nas caves apresentam desagregações nas zonas de apoio dos vigamentos de

madeira e metálicos, verificando-se a degradação generalizada do reboco. Os pilares de tijolo, dada a humidade presente, também apresentam danos significativos, fendilhados e com reduções da secção transversal.



Imagem dos passadiços nos logradoros e imagem do interior dos pátios. Fonte: Fátima Canavezes



Vista dos logradoros actualmente. Fonte CMO. Vista do conjunto. Fonte Google Earth.

A cobertura que é formada por uma “estrutura reticulada suportando madres dispostas longitudinalmente ao longo da cobertura e varas onde assentam as ripas e as telhas”, não apresenta degradações significativas. Nos três logradouros de traseira os passadiços externos, que já haviam sido alvo de intervenções, apresentam diversas patologias e mesmo colapsos parciais. Por outro lado os dois logradouros ou pátios apresentam problemas sobretudo resultantes de más intervenções nos pisos com a consequente elevação do pavimento na zona central, verificando-se mesmo, nas zonas laterais, cotas superiores às frestas das caves, que acabam por se tornar sumidouros de água, aumentando a humidade interna e a já mencionada degradação estrutural. Segundo o relatório, a deterioração das vigas metálicas é crítica uma vez que suportam a descontinuidade vertical das paredes dos pisos superiores e as paredes de tijolo assentam directamente sobre as vigas metálicas. A análise do LNEC considera fundamental uma intervenção de reabilitação estrutural e funcional global e profunda, para aqueles técnicos a obra de reabilitação deve definir o nível de segurança estrutural pretendido: risco de sismos e duração de vida pretendida. Na sua óptica qualquer que seja a intervenção, esta terá de substituir a generalidade das vigas metálicas, deverá substituir ou reparar os pavimentos de madeira deteriorados, reparar e reforçar os elementos de alvenaria deteriorados e substituir todos os passadiços exteriores.” Assim, coloca-se um problema complexo, dado que o avançado estado de degradação desta edificação obriga a

uma intervenção que implica a desocupação temporária das habitações, quer na versão até aqui exemplificada e pontualmente, quer na mais radical hipótese que colocam que é a demolição e eventual reconstrução dos edifícios.

Apresenta também uma solução temporária mas urgente: a execução de escoramentos das vigas metálicas mais deterioradas. Sendo que tal solução apenas diminui os riscos de colapso e terá de ser sistematicamente vigiada, até à decisão de realizar uma obra de reabilitação ou de demolição/reconstrução.



Foto aérea do conjunto urbano. Fonte: Google Earth

A Habitação operária

Depois deste pequeno resumo historiográfico sobre a situação material e humana deste conjunto habitacional edificado, devemos-nos perguntar em que medida a arquitectura pode e deve contribuir para a decisão política.

O Bairro Clemente Vicente, deve o seu nome ao construtor e proprietário do Jardim Cinema e da Garagem Monumental que nos anos 20 do século XX decidiu construir este complexo para albergar operários.

Trata-se de um conjunto de três blocos com cinco pisos situados entre a Rua Pereira Palma e a Av da Marginal (ver foto aérea do conjunto urbano), separado como quarteirão pela Rua Clemente Vicente, perpendicular às duas anteriores.

Caracteriza-se por ser um conjunto de 240 fogos com acessos por 4 escadas em cada fachada dos dois pátios voltados para a Av. Marginal e limites laterais a dar para as Ruas Clemente Vicente e beco da Rua Pereira Palha, com traseira para a Rua Pereira Palha e frente para a Av. Marginal. As suas traseiras dão acesso aos três logradouros que possuem passadiços metálicos de ligação e acesso às escadas de incêndio das fachadas opostas às dos pátios. A sua configuração é sui generis, já que se pode interpretar como sendo formada por 3 blocos em U, organizados e ligados (U`U`U) de forma a fecharem os dois pátios principais, ou pode ser visto como uma serpentina que encolhe nos logradouros e alarga nos pátios.

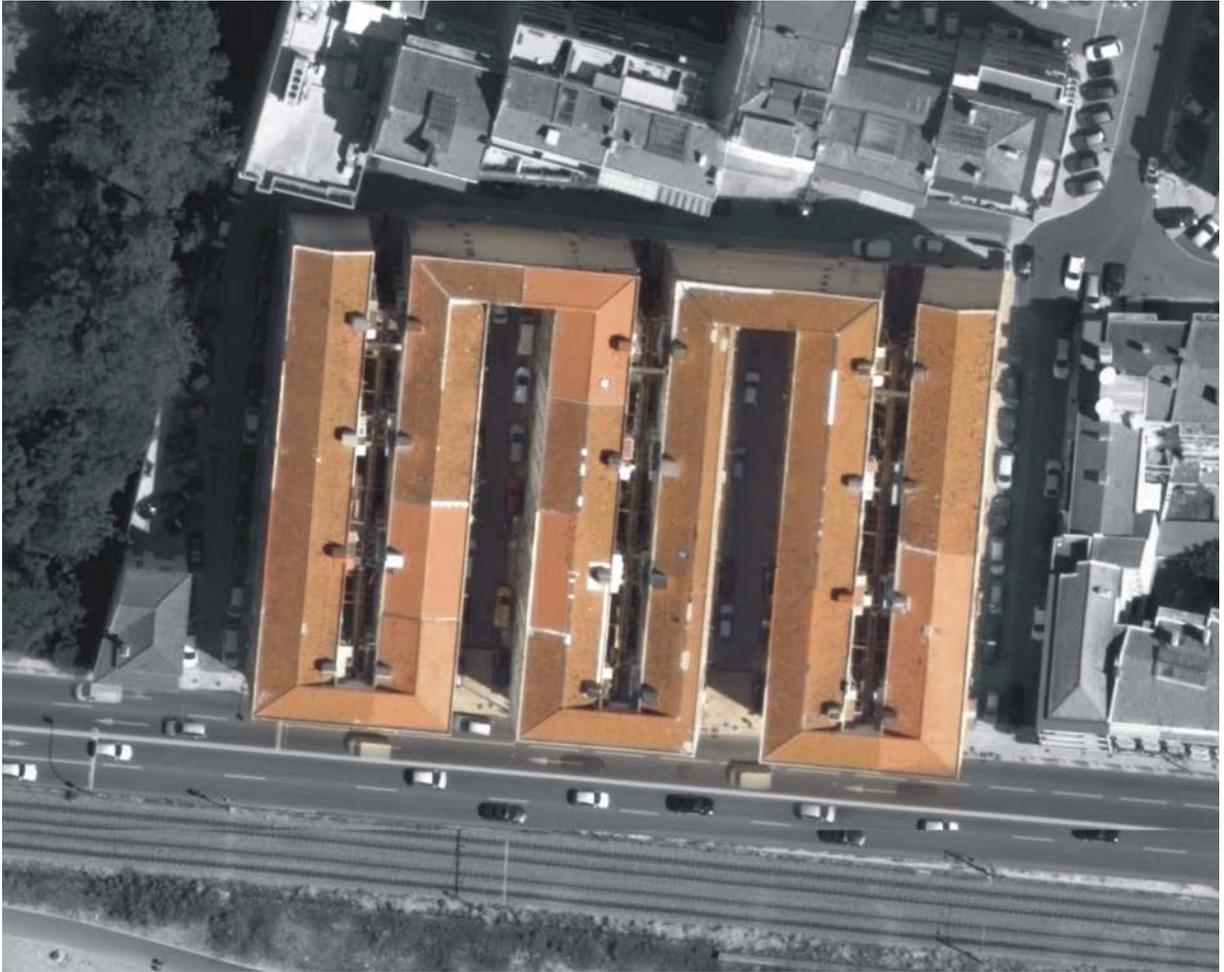


Imagem em planta retirada do cartaz que anunciou o debate.

A sua distribuição interna, aponta para uma tipologia T2, com sala, cozinha, dispensa e pia exterior. Cada lance de escada serve dois fogos por piso e existem 4 entradas por fachada.

Diferindo das vilas operárias mais típicas pela implantação, não deixa de manter, segundo Nuno Teotónio Pereira, características da vila operária, quer pela “edificação multifamiliar intensiva, quer por ser construída pela iniciativa privada e destinada a baixos rendimentos” (Pereira, 1995: 512). **Trata-se do maior e mais compacto conjunto deste tipo na região de Lisboa**, e podemos considerar que se trata de uma das tipologias identificadas pelo referido autor, “edifícios tipo bloco, com quatro fachadas livres e acesso central” (Pereira, 1995: 513) apresentando simultaneamente “uma imagem de falanstério” (Pereira, 1995: 522). De notar que ao contrário da maioria das vilas, especialmente das «ilhas do Porto» cujo acesso se faz indirectamente com a via pública, esta apresenta um claro posicionamento solarengo e com frente directa para a marginal Lisboa-Cascais.

Tratando-se de um **exemplo tardio das “vilas”** o bairro Clemente Vicente atinge já a **escala urbana** pela sua volumetria e implantação tal como o Bairro Estrela de Ouro o faz como unidade de habitação horizontal. A dimensão destas “vilas” e o carácter autónomico e simultaneamente urbano que as caracteriza, levam a que sejam projectadas pensando na inserção de estabelecimentos comerciais de primeira necessidade, como é o caso das lojas no piso térreo da Clemente Vicente, voltado para a Av. Marginal.

Teotónio Pereira vê, estas “vilas”, o “Bairro Grandella, o Bairro Estrela de Ouro, a Vila Cândida e o Bairro Clemente Vicente” como exemplos de uma individualização das entidades construtoras, traduzida nos próprios nomes do empreendimento, ostentadas quer em placas ou painéis de azulejo, ou mesmo em ruas com o seu nome (Salgueiro, 1981: 77) e no sentido paternalista “que levava os proprietários a construírem no mesmo terreno, embora com a necessária separação, a sua própria residência” (Pereira, 1995: 521)

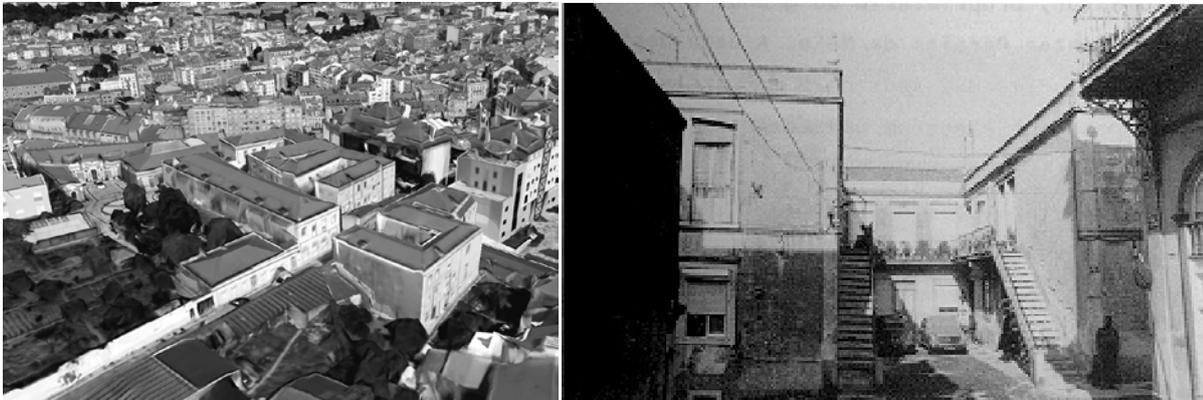
Trata-se, assim, de uma das **“últimas e já raras realizações da iniciativa privada na construção de vilas”**.(Pereira, 1995: 523)

Nuno Teotónio Pereira e Irene Buarque em “Prédios e Vilas de Lisboa” fazem ainda referência a este conjunto inserindo-o no capítulo de “Vilas de Escala Urbana” a par com os já mencionados “Bairro Grandella” na Estrada de Benfica, 417, o “Bairro Estrela de Ouro” na Rua da Graça, 22, “Vila Cândida” na Av General Roçadas, 24, bem como a “Vila Emília” na Rua Gualdim Pais, 104 e o “Bairro da Fonte Santa” na Rua Possidónio da Silva, 1-7 e seguintes (também com cinco pisos mas com dimensão urbana muito mais reduzida).

Ana Leonor Tomás na sua comunicação de 2012 (Cidade oculta - A Vila Operária), chega a ver semelhanças entre o sistema distributivo das galerias metálicas das traseiras dos blocos deste Bairro com o sistema distributivo usado na concepção do conjunto residencial de Chelas (Bairro dos Lóis), conhecido por “Pantera cor-de-rosa” do Arq. Gonçalo Byrne e António Reis Cabrita, no gabinete do Arq. Teotónio Pereira de 1981.

Podemos assim, considerar que as características do Bairro Clemente Vicente são únicas no panorama nacional, não só se pode referenciar como uma vila de escala urbana sendo simultaneamente um conjunto massivo de blocos em altura, impondo uma presença «social» e de «resistência» que contrariava a mentalidade do «Estado Novo».

Por tudo o que atrás ficou consideramos que é um edifício a preservar e a reabilitar, o mais urgentemente possível para que não se perca parte da história da cidade à custa de vidas humanas.



Bairro Estrela d'Ouro, (1907-09) Arq. Norte Júnior para Agapito Serra Fernandes. Sita na freguesia de São Vicente, entre o n.º 22 da rua da Graça e o n.º 14 da rua da Senhora do Monte.



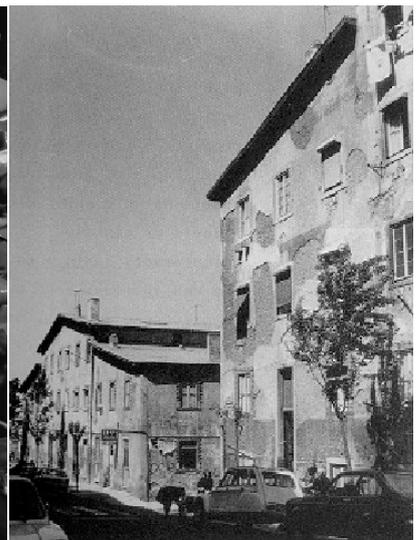
Bairro Grandella” (1902-10) Const. João Pedro dos Santos para Francisco de Almeida Grandela. Sita na Estrada de Benfica, 417 São Domingos de Benfica, Lisboa



Vila Candida, (1912-15) pelo banqueiro Cândido Sotto Mayor. Sita na freguesia da Penha de França. Av General Roçadas, 24



“Vila Emília” (1932) Sita na Freguesia da Penha de França, Rua Gualdim Pais, 104



“Bairro da Fonte Santa” (aprox. 1898) na Rua Possidónio da Silva, 1-7

Bibliografia:

Pereira, Nuno Teotónio (1994) “Pátios e vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário” in *Habitação na Cidade Industrial: 1870-1950*, (Coord. Manuel Teixeira) *Análise Social, Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa* nº127 v. XXIX. pp.509-24

Pereira, N Teotónio e Buarque, Irene (1995) *Prédios e vilas de Lisboa*, Lisboa: Livros Horizonte.

Pereira, Nuno Teotónio (2017) *Evolução das Formas de Habitação plurifamiliar na Cidade de Lisboa*. Fotos de Irene Buarque. Lisboa: CML.

Salgueiro, Teresa Barata (1981) “Habitação Operária em Lisboa” in *Arquitectura*, ano II (4ª série) nº 143, Setembro. Lisboa: Editora Casa Viva. pp.74-77.

Tomás, Ana Leonor (2010) “CIUDAD OCULTA – Lisboa 1870 -1930/ La Vivienda Obrera” in *Revista de Lusófona de Arquitectura e Educação (AE)* nº3. Lisboa: Edições LabART. pp. 142-71.